

1 **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA**  
2 **HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP DE 2008**

3  
4 **DATA:** 12 de fevereiro de 2008

5 **HORÁRIO:** 12 horas

6 **LOCAL:** auditório da Associação Educacional Dom Bosco, em Resende /RJ (sede da AGEVAP)

7  
8 **PARTICIPANTES:**

9 **União**

10 João Bosco Senra (MMA-SRHU)

11  
12 **São Paulo**

13 Edilson de Paula Andrade (SESE/DAEE); Marli Aparecida Maciel Leite (SESE-DAEE); Marcos Martinelli  
14 (SEAA); José Roberto Schmidt (SEMA); Luiz Roberto Barreti (Prefeitura São José dos Campos); Luiz de  
15 Gonzaga Santos (Prefeitura de Aparecida); Benedito Jorge dos Reis (Prefeitura de Tremembé); Alice Rocha  
16 dos Santos (CIESP); Nádia Cristina Campos Monteiro (FEMSA – Kaiser); Mario Leonel Lima Regazzini  
17 (EMBRAER); Mário Pero Tinoco (SABESP – titular); João Marcelino da Silva (Sindicato Rural Monteiro  
18 Lobato); Breno Gurgel (ABES/RJ); Teresa Cristina Brazil de Paiva (Escola de Engenharia –USP); Ana  
19 Maria de Gouvêa (Fundação Christiano Rosa); Andréa Francomano (AASJC); Sueleidy Prado (Vale Verde);  
20 Leesander Alves da Cruz (UNA nas Águas).

21  
22 **Rio de Janeiro**

23 Fátima Casarin (SERLA); Ana Lúcia de Araújo Lima (Prefeitura de Barra Mansa); Luis Felipe Cesar  
24 (Prefeitura de Resende); Renine César de Oliveira (AMPAS); Mauro Ribeiro Viegas (FIRJAN); Jorge Neves  
25 (SAAE-Barra Mansa); Oswaldo Gonçalves (LIGHT); Sérgio Dias Canella (Furnas); Maria Cristina Yuan  
26 (IBS); Maria Luiza Ferreira da Silva (ASSEMAE); Isabel Cristina Reis da Silva (SAAE-Volta Redonda);  
27 Marcelo Barcellos (CEDAE); André Lermontov (Águas do Imperador); Ninon Machado (Instituto Ipanema);  
28 Paulo Jorge Xavier de Souza (FUNDENOR); José Alfredo Sertã (ABES-RJ); Vera Lúcia Teixeira (Ong  
29 Nosso Vale!Nossa Vida); Juarez de Magalhães (Associação Rio-Minas Trem Mineiro); Marco Antônio Pinto  
30 Barbosa (Consórcio BNG2).

31  
32 **Minas Gerais**

33 Paulo Teodoro de Carvalho (SEMAD); Marília Melo (IGAM); Joaquim Arildo Borges (SEAPA); Virgílio  
34 Furtado da Costa (Prefeitura de Piau); Maurício dos Reis Domingos (Prefeitura de Matias Barbosa); Sílvio  
35 Andrade Magalhães (Prefeitura de Santana do Deserto); Fernando Coimbra (Prefeitura de Recreio); Lúcia  
36 Helena Baldanza (Prefeitura de Muriaé); Cláudio Amaral (Fazenda Pedra Branca); Maria Aparecida Vargas  
37 (Zona da Mata Geração); Manoel Otoni Neiva (CAT-LEO); Cristina Campolina Medeiros (Votorantim  
38 Metais); Carlos Alexandre de Miranda (Belgo Siderurgia S.A.); Antônio José Francisco (Consórcio Rio  
39 Muriaé); Amanda de Almeida Oliveira (Fundação Ormeu Junqueira); Georgina Mucci (FUNCEC); Karla  
40 Talarico (BIOCEP); Fabiano Diogo Ferreira (Colégio Pio XII).

41  
42 **Convidados:**

43 Osman Fernandes da Silva (ANA); Luiz Firmino Pereira (SERLA/RJ); José Loures Ciconeli (Prefeito de  
44 Goianá/MG); Élio Lopes dos Santos (Prefeito de Guidoal/MG); João Ferreira Rocha (Prefeito de Senador  
45 Cortes/MG); Luiz Antônio Medeiros (Prefeito de Rodeiro/MG); Sr. Geraldo Fulco (Prefeito de Pequeri/MG);  
46 Leonardo Ferreira Flora (Prefeitura de Pequeri/MG); Antônio Gonçalves (Prefeito de Simão Pereira/MG);  
47 Wagner Cândido (Prefeito de Chácara/MG); Wesley Silva (Prefeitura de Goianá/MG); Ronaldo da Silva  
48 Martins (Prefeitura de Rodeiro/MG); Bento José Maria Moreira (jornalista); Flávia Pires (INB); Rodrigo  
49 Pereira de Mello (Assessoria jurídica AGEVAP); Marcos Rangel (USP) e Fernando Botelho (USP).

50  
51 **Ausências justificadas:**

52 Ana Cláudia Zamboti (COORDEMA – PM Volta Redonda/RJ); Danilo Henrique Vergílio (Votorantim  
53 Celulose e Papel/SP); Carlos Eduardo Tavares de Castro (Águas do Paraíba S.A/RJ); João Alberto Cardoso  
54 de Oliveira (CESP/SP).

55  
56  
57 **PAUTA:**

- 58 1- Leitura e aprovação da ata da última reunião (03/12/2007);  
59 2- Comunicações;  
60 3- Proposta de orçamento para 2008, aprovada pelo Conselho de Administração da AGEVAP;  
61 4- Apresentação do Relatório de Gestão – Exercício 2007;  
62 5- Minuta de Deliberação sobre a vigência dos Contratos hierarquizados pelo CEIVAP.

63

## 64 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

65

66 **Abertura da reunião** - O Presidente do CEIVAP, Sr. Paulo Teodoro de Carvalho (SEMAD/MG), instalou  
67 a 1ª Reunião Ordinária do CEIVAP de 2008, chamando para compor a mesa o Vice-Presidente do CEIVAP,  
68 Sr. Mauro Ribeiro Viegas (FIRJAN/RJ) e a Secretária, Sra. Ana Maria de Gouvêa (Fundação Christiano  
69 Rosa/SP), além do Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente  
70 Urbano/MMA, Sr. João Bosco Senra; o Vice-Presidente da SERLA/RJ, Sr. Luiz Firmino Pereira; a  
71 representante do DAEE/SP, Sra. Marli Aparecida Maciel Leite; a representante do IGAM/MG, Sra. Marília  
72 Melo; e o Prefeito de Matias Barbosa/MG e Presidente da Associação Micro Regional de Prefeitos da Zona  
73 da Mata de Minas Gerais, Sr. Joaquim Matias do Nascimento.

74 O Presidente do CEIVAP saudou os demais Prefeitos de municípios do trecho mineiro da bacia presentes na  
75 reunião: de Goianá, Sr. José Loures Ciconeli; de Guidoal, Sr. Élio Lopes dos Santos; de Senador Cortes, Sr.  
76 João Ferreira Rocha; de Rodeiro, Sr. Luiz Medeiros; de Pequeri, Sr. Geraldo Fulco; de Simão Pereira, Sr.  
77 Antônio Gonçalves; de Chácara, Sr. Wagner Cândido; e de Recreio, Sr. Fernando Coimbra, expressando a  
78 satisfação de tê-los participando da reunião plenária do CEIVAP. Em seguida, passou a palavra aos  
79 componentes da mesa.

80 O Prefeito de Matias Barbosa/MG falou representando a Associação do Vale do Paraibuna, a Associação dos  
81 Pequenos Municípios do Estado de Minas Gerais e também como representante regional da Associação  
82 Mineira de Municípios. Disse que o grupo de prefeitos dos municípios mineiros presentes na reunião estava  
83 ali para marcar, de forma mais maciça, a participação dos agentes políticos municipais no processo de  
84 recuperação das bacias hidrográficas, e reiterando o compromisso desses municípios de participar  
85 efetivamente dos trabalhos do CEIVAP, numa tentativa de poder trazer melhoria de vida para seus  
86 municípios.

87

### 88 **Item 1 – Aprovação da ata**

89 O Presidente passou ao item 1 da pauta da reunião, submetendo à apreciação do Plenário as atas das últimas  
90 reuniões Ordinária e Extraordinária do CEIVAP, realizadas em 03/12/2007. A representante do Instituto  
91 Ipanema/RJ (Sra. Ninon Machado) observou que, embora ela tenha justificado sua ausência em ambas as  
92 reuniões, sua justificativa não está registrada nas atas. Feita essa correção, as atas foram aprovadas.

93

### 94 **Item 2- Comunicações**

95 O representante da SRHU-MMA convidou o CEIVAP e demais organismos da bacia a participar da  
96 programação que o Ministério do Meio Ambiente vai realizar na Semana da Água, em março, com destaque  
97 para os 10 anos de instalação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, instituição que tem um papel  
98 muito importante no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, conforme ressaltou o  
99 representante da SRHU. Convocou os organismos a comemorar o Dia Mundial da Água em suas regiões e  
100 ofereceu para divulgar os eventos regionais, no Portal do MMA e da ANA.

101 A representante do DAEE/SP informou que foi liberada verba do Ministério das Cidades, no valor de R\$ 2  
102 milhões 500 mil, para ações de combate à proliferação de macrófitas no trecho paulista da bacia. Com a  
103 contrapartida do DAEE, a verba total é de R\$ 4 milhões.

104 O presidente do CEIVAP saudou as presenças dos doutores Marcos Rangel e Fernando Botelho, da  
105 Universidade de São Paulo, que estavam visitando a sede do CEIVAP/AGEVAP, na busca de parceria  
106 visando a formulação de pesquisas de interesse mútuo.

107 O representante da CEDAE/RJ (Sr. Marcelo Barcellos) propôs que o CEIVAP convoque Furnas e o  
108 CREA/RJ para prestar informações técnicas e esclarecimentos sobre os impactos ambientais da Barragem de  
109 Simplício, empreendimento hidrelétrico que Furnas vai iniciar agora.

110 A representante da SERLA/RJ (Sra. Fátima Casarin) pediu a inclusão na pauta dos seguintes itens: nomeação  
111 da Comissão do Guandu (instituída pela Deliberação CEIVAP nº 52/2005), para discussão de temas  
112 específicos, entre o CEIVAP e o Comitê do Guandu, relativos à transposição; formação do Grupo de  
113 Acompanhamento do Contrato de Gestão (demanda da última reunião do CEIVAP, de 03/12/07, registrada  
114 em ata); instalação da Câmara Técnica Consultiva (prevista no novo Regimento Interno do CEIVAP) e

115 formação de sua composição. A representante da ONG Nosso Vale!Nossa Vida (Sra.Vera Lúcia Teixeira)  
116 lembrou que deve ser instituída também a Comissão do Plano de Aplicação dos recursos da cobrança pelo  
117 uso da água (essa também uma demanda da última reunião plenária do CEIVAP).  
118 O Presidente do CEIVAP colocou em votação a inclusão dos itens de pauta propostos pela representante da  
119 SERLA, o que foi aprovado pelo Plenário, ficando acertado que esses itens seriam discutidos no final da  
120 reunião. Quanto à inclusão do item sobre a Comissão do Plano de Aplicação, a Diretora da AGEVAP, Sra.  
121 Eliane Barbosa, explicou que o Manual de Investimento foi substituído pelo Plano de Aplicação, o qual deve  
122 ser discutido pela Câmara Técnica Consultiva, que deverá analisá-lo para, depois, submetê-lo à aprovação do  
123 CEIVAP, ainda no primeiro semestre. A Diretora da AGEVAP ressaltou que, se o CEIVAP achar que a  
124 Câmara Técnica não pode absorver esse trabalho e entender que deve-se criar uma Comissão específica para  
125 isso, essa é uma decisão do Comitê. O Presidente do CEIVAP concluiu que, a princípio, a atribuição da  
126 analisar o Plano de Aplicação é da Câmara Técnica.

127  
128

### 129 **Item 3 – Proposta de Orçamento para 2008**

130 Na seqüência da pauta, o Presidente do CEIVAP chamou o Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr.  
131 Hendrik Mansur, para apresentar a proposta de orçamento para 2008 elaborada pela AGEVAP. Inicialmente,  
132 ele informou que a proposta que estava sendo submetida à apreciação do Plenário do CEIVAP já fora  
133 aprovada pelo Conselho de Administração, na reunião de 24/01/08, e pela Assembléia Geral da AGEVAP  
134 reunida naquele dia (12/02/08), pela manhã. Em seguida, ele apresentou a proposta de percentuais dos  
135 recursos oriundos da cobrança a serem destinados para cada item orçamentário, dessa forma: Implantação e  
136 operação da Agência – 7,5%; Ações prioritárias ao cumprimento do Contrato de Gestão – 15%; Ações de  
137 Gestão – 3,5%; Ações de Planejamento – 40%; Ações Estruturais – 34%. A principal alteração com relação  
138 aos anos anteriores trata-se da redução do percentual para ações estruturais e aumento para ações de  
139 planejamento. Essa alteração se justifica, conforme explicou o Coordenador de Gestão, pela necessidade de  
140 investimento na formação de um banco de projetos para a bacia do rio Paraíba do Sul, para que os  
141 municípios da bacia e outros tomadores tenham condições de alavancar recursos de outras fontes para a  
142 execução de ações estruturais.

143 Depois, foi apresentado o quadro da previsão de receitas e despesas no ano de 2008. **O total da receita é de**  
144 **R\$ 27.960.128,92**, assim discriminado: Saldo financeiro do Contrato de Gestão ANA/AGEVAP em 2007 –  
145 19.195.247,72; Transferência do Contrato de Gestão ANA/AGEVAP em 2008 (previsão de arrecadação da  
146 cobrança pelo uso da água) – 8.000.000,00; Recursos da SRHU-MMA para o Projeto Piloto do Plano de  
147 Revitalização da Bacia do Rio Barra Mansa – 198.881,20; Recurso do Fundo de Recursos Hídricos de Minas  
148 Gerais para a ampliação do Cadastro de Usuários na porção mineira das bacias dos rios Pomba, Muriaé,  
149 Preto e Paraibuna – 216.000,00; Recursos oriundos da arrecadação da cobrança pelo uso das águas da  
150 transposição do rio Paraíba do Sul para a bacia do Guandu (15% do total da arrecadação destinados à bacia  
151 do Paraíba do Sul, depositado no Fundo de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro) – 350.000,00 (o  
152 Coordenador de Gestão informou que não há previsão de quando esse recurso será repassado para a  
153 AGEVAP). **A previsão de despesas é a seguinte:** Ações de implantação e operação da Agência –  
154 1.196.774,46; Ações prioritárias para o cumprimento do contrato de gestão – 2.720.999,21; Ações de gestão  
155 – 1.433.113,52; Ações de Planejamento – 6.744.138,89; Ações estruturais – 15.865.102,84. **Total: R\$**  
156 **27.960.128,92**

157 Dos **R\$ 8.000.000,00** da arrecadação da cobrança a serem repassados pela ANA, 600.000,00 (7,5%) serão  
158 destinados a ações de implantação e operação da Agência; e 1.200.000,00 (15%) a ações prioritárias do  
159 Contrato de Gestão; o restante deverá ser assim aplicado, segundo a proposta da AGEVAP: 280.000,00  
160 (3,5%) para ações de gestão; 3.200.000,00 (40%) para ações de planejamento; e 2.720.000,00 (34%) para  
161 ações estruturais. Os recursos destinados a ações de gestão, planejamento e estruturais deverão ser investidos  
162 em projetos hierarquizados pelo CEIVAP de acordo com o Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio  
163 Paraíba do Sul.

164 Do total de **R\$ 19.195.247,72** do saldo financeiro de 2007, R\$ 17.241.537,94 estão comprometidos com a  
165 operação da Agência, ações prioritárias do Contrato de Gestão e com projetos hierarquizados pelo CEIVAP,  
166 em 2007, já contratados. Resta um saldo disponível de **R\$ 1.953.709,78** (dinheiro em caixa resultante de  
167 repasses efetuados pela ANA e não utilizados, somados aos rendimentos resultantes de aplicação financeira),  
168 cuja destinação deverá ser deliberada pelo CEIVAP. Esse total disponível deve ser aplicado em ações de  
169 gestão (869.512,11); ações de planejamento (799.413,55) e ações estruturais (284.784,12). \_

170 Por fim, o Coordenador de Gestão apresentou a proposta da AGEVAP para aplicação do saldo dos recursos  
171 financeiros de 2007 nas ações de Gestão e de Planejamento, dessa forma: **Ações de Gestão** (869.512,11) –

172 **Proposta A:** Evento de Comunicação e Publicidade, Divulgação e Mobilização na bacia do Rio Paraíba do  
173 Sul – 50.000,00; **Proposta B:** Construção do Portal do sistema CEIVAP/AGEVAP – 350.000,00; **Proposta**  
174 **C:** Construção e implantação do Sistema de Informação da Bacia – Banco de Dados e adequação das bases  
175 cartográficas – 469.512,11.  
176 **Ações de Planejamento** (799.413,55) – **Proposta D:** Elaboração de estudos de concepção, planos e projetos  
177 básicos e executivos necessários à execução de ações estruturais e de gestão que visem à melhoria das  
178 condições ambientais da bacia, apresentados por municípios com menos de 20.000 habitantes, e a serem  
179 hierarquizados pelo CEIVAP em 2008.

180 A AGEVAP propôs, ainda, que o CEIVAP priorize, com recursos de 2008 destinados a ações de  
181 Planejamento, a elaboração de 6 (seis) estudos complementares à nova metodologia da cobrança pelo uso da  
182 água (em vigor desde janeiro de 2007), por determinação da Deliberação do CEIVAP nº 62/2006, no valor  
183 total de R\$ 700.000,00.

184 **DEBATE:** Concluída a apresentação, o Presidente do CEIVAP colocou a proposta de orçamento para 2008  
185 em debate. A Diretora da AGEVAP esclareceu que a AGEVAP elaborou seu Plano de Ação para o período  
186 de 2008 a 2010, que inclui os programas e atividades que a AGEVAP é obrigada a cumprir pelo Contrato de  
187 Gestão, que são as chamadas ações prioritárias. Ela explicou, ainda, que as ações de Gestão, Planejamento e  
188 Estruturais são hierarquizadas pelo CEIVAP dentro do Plano de Aplicação proposto pela AGEVAP, de  
189 acordo com o Plano da Bacia, que foi elaborado por regiões hidrográficas.

190 Sobre a proposta de orçamento apresentada, o Vice-presidente do CEIVAP, Sr. Mauro Viegas, representante  
191 da FIRJAN/RJ, disse que, em tese, ele é a favor de se priorizar as ações de planejamento, pois considera de  
192 suma importância que o CEIVAP tenha uma carteira de projetos.

193 O representante da Prefeitura de Tremembé/SP (Sr. Benedito Jorge) manifestou sua opinião contrária à  
194 proposta de aplicação dos recursos remanescentes de 2007 para ações de Planejamento, na elaboração de  
195 projetos para os municípios com menos de 20 mil habitantes. Ele disse que o número de habitantes não deve  
196 ser utilizado como único critério para hierarquização; e que os critérios devem ser estritamente técnicos,  
197 ressaltando que o instrumento que deve definir a aplicação dos recursos é o Plano da Bacia. O representante  
198 do DAEE/SP (Sr. Edilson de Paula Andrade) endossou a opinião do representante da Prefeitura de  
199 Tremembé, lembrando que esse assunto deve ser remetido à Câmara Técnica do CEIVAP.

200 O representante da Pousada Pedra Branca/MG (Sr. Cláudio Amaral) defendeu a proposta acima, com a  
201 justificativa de que os pequenos municípios não têm corpo técnico para elaborar projetos. Informou que, dos  
202 188 municípios da bacia do Paraíba do Sul, 124 têm menos de 20 mil habitantes. No seu entender, se for  
203 distribuído o saldo de 2007 para algo em torno de 15 municípios, para investimento em projetos na área de  
204 esgotamento sanitário, além de atender a esses municípios (que não têm acesso aos recursos devido à  
205 dificuldade para elaborar projeto), isso daria uma boa visibilidade para o CEIVAP.

206 O representante da SERLA/RJ (Sr. Luís Firmino Pereira) ressaltou que, tecnicamente, deve-se priorizar  
207 aquelas bacias que descarregam maior quantidade de DBO nos corpos d'água. Mas ele é a favor de que o  
208 CEIVAP possa instrumentar os pequenos municípios, para que tenham condições de captar recursos de  
209 outras fontes, como aqueles oriundos de emendas parlamentares. No entanto deve haver um compromisso  
210 desses municípios de, efetivamente, captar recursos para implementação desses projetos, pois não faz sentido  
211 elaborar projeto para deixar na gaveta.

212 O representante da Prefeitura de Piau/MG (Sr. Virgílio Furtado) também defendeu a destinação do saldo de  
213 2007 para os pequenos municípios. Reportou-se a matéria publicada no jornal Tribuna de Minas, de Juiz de  
214 Fora/MG, informando que, em 2007, havia R\$ 69 milhões de recursos oriundos de emendas parlamentares  
215 ao Orçamento Geral da União, para alguns municípios de Minas Gerais. Desse montante, apenas 3% foram  
216 aplicados; o restante perdeu-se por falta de projeto.

217 O Prefeito de Recreio/MG, Sr. Fernando Coimbra, referiu-se à dificuldade financeira dos pequenos  
218 municípios para arcar com as despesas de elaboração de projetos, cujo custo, de um único projeto, representa  
219 mais de 10% do orçamento mensal do município. Não estamos pedindo que sejam tirados recursos das ações  
220 estruturais para nós, pequenos municípios; estamos pedindo apenas o saldo de 2007 para podermos planejar.

221 O Prefeito de Matias Barbosa, Sr. Joaquim Matias do Nascimento, reforçou que o pleito dos municípios  
222 mineiros refere-se tão somente ao recurso que está sobrando, que ninguém acessou, ninguém pleiteou. Disse  
223 que esses municípios precisam ser atendidos, até para que tenham condições de vir participar, efetivamente,  
224 como membros do CEIVAP. E alertou para o fato de que, se apenas os municípios que lançam grande carga  
225 orgânica nos rios forem ter voz no processo de gestão, os pequenos nunca vão ter assento nos comitês de  
226 bacias. Segundo o Prefeito de Matias Barbosa, os pequenos municípios precisam desse recurso para dar  
227 início a ações pontuais, que serão desenvolvidas de forma coordenada, de maneira que, no todo, irão gerar  
228 efeitos satisfatórios, trazendo melhorias para a bacia.

229 A representante da Prefeitura de Muriaé/MG (Sra. Lúcia Helena Baldanza) considerou não ser justo usar um  
230 critério exclusivo; no seu entendimento, essa não é a melhor forma de fazer gestão; por esse critério  
231 populacional, Muriaé estaria excluído de receber os recursos para planejamento remanescentes de 2007. O  
232 que não seria justo, considerando tratar-se de um município que participa do CEIVAP desde sua primeira  
233 reunião.

234 A representante da SERLA/RJ (Sra. Fátima Casarin) considera que o CEIVAP não é o espaço para pressão  
235 dos pequenos municípios, sem que a ação proposta esteja contemplada no Plano da Bacia ou tenha sido  
236 analisada pela Câmara Técnica do CEIVAP. No seu entendimento, esses municípios devem buscar recursos  
237 nos comitês estaduais, oriundos da arrecadação da cobrança pelo uso da água nos rios de domínio de seus  
238 respectivos estados. Analisando os recursos para ações de Gestão, ela reclamou não ter visto a destinação de  
239 recurso para a realização da Oficina prevista pelo CEIVAP, para analisar a relação CEIVAP/AGEVAP. E  
240 criticou a não inclusão, na publicação que a AGEVAP fez do Planejamento Estratégico para o sistema  
241 CEIVAP/AGEVAP, das modificações feitas nesse Planejamento Estratégico pelos integrantes da Oficina do  
242 CEIVAP, realizada especificamente para analisar esse trabalho.

243 Sobre o posicionamento da representante da SERLA/RJ a respeito do pleito dos prefeitos mineiros, a  
244 representante da Zona da Mata Geração/MG (Sra. Maria Aparecida Vargas) lembrou que são os prefeitos dos  
245 pequenos municípios que têm dado força política ao CEIVAP; que têm garantido a representação do poder  
246 público municipal no Comitê, pois os prefeitos dos municípios maiores nunca comparecem, salvo raras  
247 exceções (Jacareí/SP e Barra Mansa/RJ).

248 Respondendo, a representante da SERLA/RJ disse que não teve intenção de invalidar a participação dos  
249 pequenos municípios na plenária do CEIVAP, pelo contrário. Mas mantém sua posição de que o CEIVAP  
250 não pode ser transformado em espaço para *lobby* de prefeitos para conseguir dinheiro; e que a destinação dos  
251 recursos deve seguir critérios estritamente técnicos.

252 Antes de prosseguir nas discussões, o Presidente do CEIVAP saudou a presença, na reunião plenária do  
253 CEIVAP, de 9 (nove) prefeitos de municípios do trecho mineiro da bacia. Destacou que sua presença  
254 enriquece a reunião do CEIVAP e demonstra que o Comitê é um parlamento importante para as prefeituras.  
255 No entanto, a conclusão a que se chegou, após o debate sobre o pleito dos prefeitos mineiros, segundo as  
256 palavras do Presidente, é que o fórum para análise das propostas de aplicação de recursos é a Câmara  
257 Técnica. Ele convidou os prefeitos a participarem da reunião da Câmara Técnica que discutirá o assunto,  
258 mesmo sem direito a voto, salientando que sua participação é importante para conseguir viabilizar recursos.

259 O representante da CAT-LEO/MG (Sr. Manoel Otoni Neiva), argumentando que os municípios pequenos  
260 dificilmente vão participar da Câmara Técnica, porque não têm em seu quadro profissionais técnicos  
261 gabaritados, pediu que o CEIVAP decidisse, politicamente, naquela reunião plenária, sobre o pleito dos  
262 municípios mineiros. Solicitou ao Presidente do CEIVAP que colocasse em votação a destinação aos  
263 municípios com menos de 20 mil habitantes, do recurso residual de 2007 para ações de Planejamento.

264 A Secretária do CEIVAP, Sra. Ana Maria Gouvêa, representante da Fundação Christiano Rosa/SP, salientou  
265 que, se o CEIVAP decidir apenas politicamente sobre a aplicação de recursos, então pode-se jogar fora o  
266 Plano da Bacia e seus Cadernos regionais. A Secretária foi endossada pela representante do Instituto  
267 Ipanema/RJ (Sra. Ninon Machado) que enfatizou que o CEIVAP é um espaço para se fazer política pública e  
268 não politicagem.

269 A representante do IGAM/MG (Sra. Marília Melo) disse que incluir os prefeitos na discussão dos comitês de  
270 bacia é muito importante para o estado de Minas Gerais. No seu entender, o CEIVAP é um fórum técnico  
271 mas também político. Disse, ainda, que a presença dos prefeitos na reunião do CEIVAP mostra sua vontade  
272 de participar e fazer alguma coisa pela gestão dos recursos hídricos. Ela considerou que os prefeitos não  
273 estavam na reunião defendendo apenas seus respectivos municípios, mas defendendo a melhoria da  
274 qualidade das águas da bacia do rio Paraíba do Sul.

275 A representante da Associação dos Advogados de São José dos Campos (Sra. Andréa Francomano)  
276 parabenizou os prefeitos de Minas Gerais pela mobilização e disse considerar seu pleito legítimo. No entanto  
277 manifestou-se de acordo com a decisão de que a reivindicação dos pequenos municípios seja encaminhada  
278 para a Câmara Técnica, para ser analisada através de critérios técnicos. E pediu aos prefeitos indiquem seus  
279 técnicos para participar das reuniões dessa Câmara, na qual devem confiar. A representante do Instituto  
280 Ipanema também pediu aos prefeitos mineiros que confiem na Câmara Técnica que, segundo ela, além do  
281 viés técnico tem também o viés político.

282 O representante da SRHU-MMA (Sr. João Bosco Senra) também concordou com a decisão de se encaminhar  
283 o assunto para a Câmara Técnica, mas recomendou que a CT tenha uma perspectiva mais ampla ao analisar a  
284 questão; e considere que a poluição por esgoto não é o único problema da bacia; então a remoção de DBO  
285 não é a única ação prioritária, mas também as ações de controle da erosão, por exemplo, que é um problema  
286 sério que se apresenta nos pequenos municípios. Considerando-se isso, é possível contemplar a todos.

287 O representante da CAT-LEO retirou seu encaminhamento de que o Plenário votasse o pleito dos municípios  
288 mineiros.  
289 **CONCLUSÃO – ENCAMINHAMENTO:** O Presidente do CEIVAP colocou a proposta de Orçamento  
290 para 2008 em votação; e foi aprovada, com um voto contrário.  
291 Quanto à proposta para aplicação do saldo financeiro dos recursos da cobrança de 2007, também foi  
292 aprovada, exceto o item referente ao saldo financeiro disponível para ações de Planejamento (R\$  
293 799.413,55), que deverá ser encaminhado para análise da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP.  
294

#### 295 **Item 4 – Apresentação do Relatório de Gestão – Exercício 2007**

296 O Presidente do CEIVAP chamou o Coordenador de Gestão, Sr. Hendrik Mansur para apresentar o 6º  
297 Relatório de Execução do Contrato de Gestão 014/2004 ANA/AGEVAP – Exercício 2007. Ele apresentou o  
298 quadro com os indicadores, sub-indicadores, critérios de avaliação e metas a serem cumpridas pela  
299 AGEVAP, estabelecidas no Contrato de Gestão, a saber: **Indicador 1** – Disponibilização de informação –  
300 Sub-indicadores: 1A - Conteúdo disponibilizado - Meta: 10 itens; 1B - Atualização das informações – Meta:  
301 10 itens; 1C- Média mensal de consultas à Página eletrônica — Meta: 1950 consultas. **Indicador 2** –  
302 Planejamento e Gestão – Sub-indicadores: 2A – Publicação sobre a situação da bacia (publicações anuais  
303 com temas específicos) – Meta: 6 itens; 2B – Relatórios com subsídios para ações de gestão na bacia  
304 (cadastramento de usuários, situação dos reservatórios, entre outros temas)– Meta: 5 itens; 2C – Manual de  
305 Investimentos para o ano subsequente (quando solicitado pelo CEIVAP), devidamente aprovado pelo Comitê  
306 – Meta: 1 item. **Indicador 3** – Cobrança pelo uso da água – Sub-indicadores: 3A - Valor desembolsado sobre  
307 valor repassado pela ANA - Meta: 75%; 3B – Recursos das contrapartidas alavancadas sobre recursos da  
308 cobrança investidos – Meta: 40%; 3C – Proposta para aperfeiçoamento da cobrança – Meta: 1 item.  
309 **Indicador 4** – Gerenciamento interno – Sub-indicador: 4A – Pontualidade no cumprimento das obrigações  
310 contratuais – Meta: 5 itens. **Indicador 5** – Reconhecimento social – Sub-indicador: 5A – Avaliação dos  
311 membros titulares do Comitê sobre a atuação da AGEVAP – Meta: 9. O Coordenador de Gestão demonstrou  
312 que todas as metas dos Indicadores 1 e 2 foram cumpridas. Quanto ao Indicador 3A, a meta não foi atingida  
313 porque a AGEVAP desembolsou apenas 45% do valor repassado pela ANA, mas por motivos que não  
314 dependeram da Agência e sim dos tomadores dos recursos. No entanto, conforme explicação do  
315 Coordenador de Gestão, se for considerado o valor comprometido com projetos já contratados, esse  
316 percentual sobe para 93%. A meta do sub-indicador 3B foi atingida; quanto ao sub-indicador 3C, não houve  
317 demanda do CEIVAP; e o sub-indicador 4A também teve sua meta atingida, conforme demonstrou o  
318 Coordenador de Gestão. No Indicador 5, que é a avaliação dos membros do CEIVAP sobre a atuação do  
319 AGEVAP, a meta é nota 9 na avaliação; e a nota dada pelo CEIVAP foi 8,4. A nota geral atribuída à  
320 AGEVAP, segundo explanou o Coordenador de Gestão, foi 9,5, merecendo o conceito “ótimo” (de acordo  
321 com a fórmula de cálculo e conceitos definidos pelo Contrato de Gestão).

322 O representante da ANA (Sr. Osman Fernandes da Silva) esclareceu que essa nota não foi atribuída pela  
323 ANA; trata-se de nota auto-declarada pela AGEVAP. Ele informou que o Relatório do Contrato de Gestão  
324 apresentado pela AGEVAP será avaliado por uma comissão interministerial que dará sua nota.

325 O Diretor de Recursos Hídricos da SRHU-MMA, Sr. João Bosco Senra, parabenizou a AGEVAP pelo  
326 Relatório de Gestão, que ele já tivera oportunidade de ler e ficara bem impressionado.

327 A Secretária do CEIVAP solicitou que os documentos referentes aos assuntos a serem deliberados pelo  
328 CEIVAP sejam encaminhados, com antecedência, para a diretoria e os membros. Referiu-se a documentos  
329 solicitados por ela, relativos aos Contratos hierarquizados pelo CEIVAP e proposta de alteração dos prazos  
330 de vigência dos Contratos, com as devidas justificativas, que até aquele momento não havia recebido. Sobre  
331 a reclamação da Secretária, o Presidente do CEIVAP aproveitou para informar que a diretoria colegiada do  
332 Comitê deverá se reunir com a Diretora da AGEVAP, para conversar sobre a questão da comunicação  
333 interna. Segundo ele, o fluxo das correspondências, das informações está com problema; os Diretores do  
334 CEIVAP não têm recebido regularmente os comunicados da AGEVAP.

335 Sobre o Relatório do Contrato de Gestão, a Secretária do CEIVAP questionou o volume de recursos aplicado  
336 financeiramente (comprometido mas não aplicado em ações). Disse que há muito tempo a Caixa Econômica  
337 Federal vem sendo responsabilizada por esse problema, que precisa ser resolvido, não importa quem seja o  
338 responsável. O Coordenador Técnico da AGEVAP, Sr. Flávio Simões, relatou que a causa principal do  
339 atraso no repasse dos recursos é que as prefeituras (tomador) têm dificuldade em apresentar os documentos  
340 exigidos pela Caixa.

341 **CONCLUSÃO:** O presidente do CEIVAP colocou em votação o Relatório do Contrato de Gestão –  
342 exercício 2007, o qual foi aprovado, com 1 (um) voto contra e nenhuma abstenção.  
343

344 **Item 5 – Minuta de Deliberação sobre a vigência dos Contratos hierarquizados pelo CEIVAP**  
345 A Diretora da AGEVAP retirou da pauta o item 5, justificando sua inclusão e também a decisão de retirá-lo.  
346 Ela explicou que o dinheiro que está imobilizado na conta da AGEVAP é por conta de Contratos que ainda  
347 estão em análise pela Caixa Econômica Federal, por apresentar algum tipo de problema (falta de  
348 documentos, inadequação técnica dos projetos, etc.). Citou como exemplo os seguintes projetos: a Estação de  
349 Tratamento de Esgoto em Ubá/MG (contratado em 2004); a obra nos canais de Campos/RJ (2005); e a ETE  
350 em Cachoeira Paulista (contrato de 2004), obra que não foi realizada por problemas de licenciamento.  
351 Para evitar essa situação indesejável de ficar com tanto recurso imobilizado, a AGEVAP está pleiteando que  
352 o CEIVAP aprove uma deliberação definindo que os contratos tenham um prazo para serem executados..  
353 Vencido esse prazo, se o tomador não tiver conseguido pelo menos iniciar a obra, ele teria o prazo  
354 prorrogado por um prazo definido, findo o qual ele perderia o recurso. Apresentada essa proposta de  
355 deliberação para o Conselho de Administração da AGEVAP, este Conselho recomendou que essa medida a  
356 ser deliberada pelo CEIVAP não se aplique aos contratos em andamento; devendo, então, a AGEVAP  
357 apresentar essa minuta de deliberação para apreciação do CEIVAP, para os futuros contratos.  
358

### 359 **Itens incluídos na abertura da reunião:**

#### 360 **CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA**

361 Ficou decidido que a Câmara Técnica Consultiva deve ser formada e instalada o mais rápido possível, com  
362 **18 membros**, sendo 6 de cada estado e 2 de cada segmento, conforme disposto no novo Regimento Interno  
363 do CEIVAP. Ainda conforme disposto no Regimento, os membros da CT devem ser indicados pelos  
364 representantes de seu segmento no CEIVAP. Foi definido o prazo de **15 dias** para que sejam feitas as  
365 indicações, ressaltando-se que os indicados devem ter perfil técnico. Depois de definida sua composição, a  
366 Câmara Técnica Consultiva deverá ser formalmente instituída por uma deliberação do CEIVAP. A  
367 AGEVAP deverá redigir a minuta dessa Deliberação para ser aprovada na próxima reunião do CEIVAP. O  
368 Coordenador da CT deverá ser escolhido na primeira reunião da Câmara.  
369

#### 370 **COMISSÃO ESPECIAL DO GUANDU**

371 Deverá ser formada a **Comissão Especial** da cobrança pelo uso das águas transpostas para a bacia do rio  
372 Guandu, instituída pela Deliberação CEIVAP nº 52/2005, com a finalidade de ser o “foro de negociação  
373 institucional para exercer o papel permanente de articulação entre o CEIVAP e o Comitê do Guandu, visando  
374 a efetivação da arrecadação e os mecanismo para sua aplicação, observado o Plano de Recursos Hídricos da  
375 Bacia do Rio Paraíba do Sul” (conforme está disposto na Deliberação nº 52). Essa Comissão deve ser  
376 composta por 3 (três) representantes do CEIVAP, 3 (três) representantes do Comitê do Guandu, 1 (um) da  
377 SERLA, 1 (um) da ANA e 1 (um) da AGEVAP. Os interessados em fazer parte da Comissão, representando  
378 o CEIVAP (3) e a AGEVAP (1) devem se manifestar..

379 A Diretora da AGEVAP chamou a atenção para o fato de que não existe, hoje, um instrumento legal para o  
380 repasse do percentual que cabe à bacia do rio Paraíba do Sul (15%), do recurso da cobrança estadual pelo uso  
381 das águas transpostas para a bacia do Guandu, cuja aplicação deve ser hierarquizada pelo CEIVAP.  
382

#### 383 **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO**

384 Conforme encaminhamento feito na reunião plenária do CEIVAP, de 03/12/07, deverá ser formado o Grupo  
385 de Acompanhamento do Contrato de Gestão, integrado por membros do CEIVAP. Ficou decidido que o  
386 representante da SABESP no CEIVAP, Sr. Mário Tinoco, e a representante do Instituto Ipanema, Sra. Ninon  
387 Machado, deverão participar da reunião de avaliação do Contrato de Gestão pela Comissão Interministerial,  
388 em Brasília, no dia 19 de fevereiro. Depois deverão relatar o resultado dessa reunião para a Comissão de  
389 Acompanhamento a ser formada.  
390

#### 391 **OFICINA SOBRE O PAPEL DA AGEVAP**

392 Foi agendada para os dias 8 e 9 de abril, em Penedo, a Oficina sobre o papel, missão e atribuições da  
393 AGEVAP, a ser realizada pelo CEIVAP. A Oficina deverá ter a participação de 6 (seis) representantes de  
394 cada estado, sendo 2 (dois) de cada segmento; a diretoria colegiada do CEIVAP e mais 4 (quatro)  
395 convidados: Sr. Wilde Gontijo (da ANA); Sra. Eliane Barbosa, Diretora da AGEVAP; a engenheira Dra.  
396 Rosa Formiga; e o advogado Dr. Rodrigo Pereira Mello. Foi estipulado o prazo de 15 dias para os estados  
397 definirem seus representantes na Oficina. A Diretora da AGEVAP recomendou que os participantes dessa  
398 Oficina, antes de discutirem sobre o papel da AGEVAP, conheçam os aspectos legais de sua estrutura.  
399

400 Concluída a pauta, a representante da Associação dos Advogados de São José dos Campos/SP (Sra. Andréa  
401 Francomano) pediu a palavra para fazer algumas observações sobre o material publicado pela AGEVAP e

402 distribuído aos membros do CEIVAP nessa reunião. Em sua opinião, faltou revisão dos textos, para evitar  
403 que saíssem publicadas algumas informações e *slogans* cujo teor ela considerou “péssimo”,  
404 institucionalmente. Ela citou a capa do folder sobre a Agência da Bacia do Paraíba do Sul, que “mais parece  
405 uma propaganda da AGEVAP”, segundo suas palavras, pois não consta a logomarca do CEIVAP junto com  
406 a da AGEVAP; e o *slogan* “Pioneira na gestão das águas” é inadequado, pois, ainda de acordo com a  
407 representante da AASJC/SP, “a AGEVAP não faz gestão das águas e sim o CEIVAP”. Com relação à  
408 publicação “Planejamento Institucional Estratégico e Estrutura Organizacional do Sistema CEIVAP-  
409 AGEVAP”, ela desaprovou o fato de ter sido publicado o trabalho dos consultores contratados tal como  
410 elaborado por eles, sem incorporar as várias alterações feitas pelos membros do CEIVAP. No seu entender, o  
411 Planejamento Estratégico que deveria ser objeto de publicação é aquele que vai vigorar (com a contribuição  
412 do CEIVAP). Ela apontou, também, alguma imprecisão no texto da publicação sobre a cobrança pelo uso da  
413 água. E, por fim, chamou a atenção para o selo impresso na contracapa dos três livros publicados, onde se lê:  
414 “AGEVAP Publicações”, o que, segundo ela, pode até ser questionado pelo Tribunal de Contas da União,  
415 pois a AGEVAP não é editora.

416 A Secretária do CEIVAP endossou as observações da representante da Associação dos Advogados de São  
417 José dos Campos, quanto ao material publicado pela AGEVAP.

418 **Encerramento** - Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos os membros do  
419 Plenário, das autoridades e dos demais convidados e declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido  
420 lavrada por mim, Virgínia Dias Calaes, secretária *ad-hoc*, e, depois de aprovada, será assinada pelo  
421 Presidente do CEIVAP, Sr. Paulo Teodoro de Carvalho, e pela Secretária, Sra. Ana Maria de Gouvêa.

422 **Ata aprovada na 2ª Reunião Ordinária do CEIVAP de 2008, realizada no dia 29 de maio de 2008, na**  
423 **sede da AGEVAP, em Resende/RJ.**

424

425

426

427

428

Paulo Teodoro de Carvalho

429

Presidente do CEIVAP

430

431

432

Resende, 12 de fevereiro de 2008

433

Ana Maria de Gouvêa

Secretária do CEIVAP